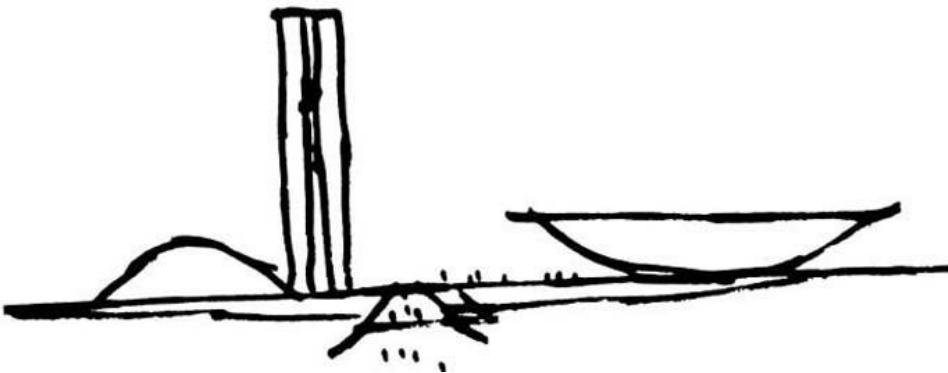


CAPACITAÇÃO PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016



Introdução à Técnica Legislativa

Hugo Lontra



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016



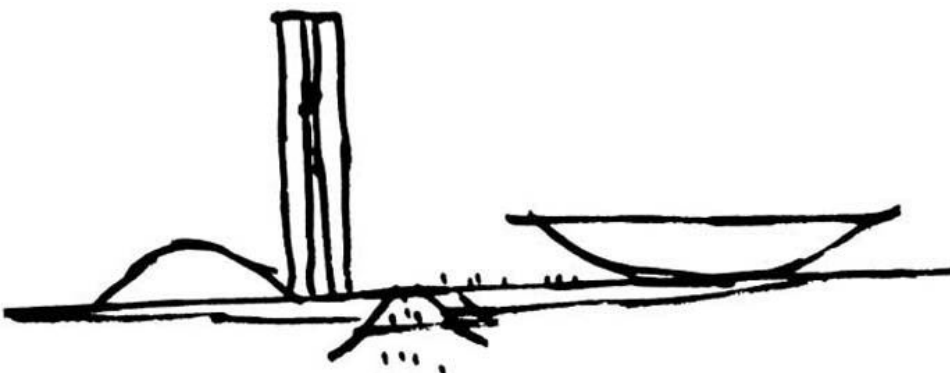
Conhecimentos Básicos:

Constituição do Estado do Rio de Janeiro

Regimento Interno da ALERJ

Lei Complementar 95/1998

www.alerj.rj.gov.br



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

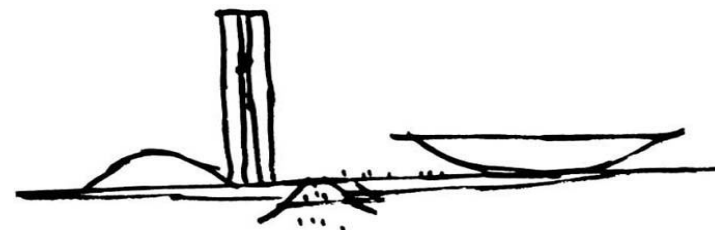


Proposições Legislativas – R.I. ALERJ

Art. 83 - Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia ou de suas comissões, conforme o caso.

§ 1º - As proposições poderão consistir em:

- propostas de emenda à Constituição,
- projetos de lei complementar,
- projetos de lei,
- projetos de resolução,
- projetos de decreto legislativo,
- projeto de lei delegada,
- emendas,
- indicações legislativas,
- requerimentos e recursos.



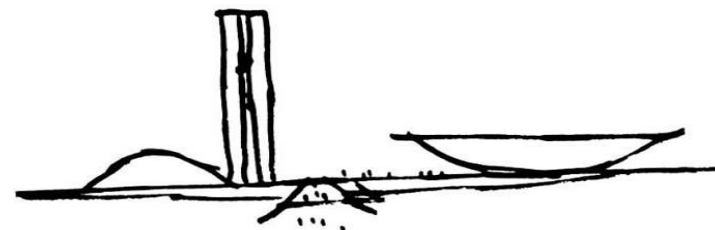
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016



Proposições Legislativas – R.I. ALERJ

§ 2º - Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e concisos, e apresentada em três vias.

§ 3º - Nenhuma proposição poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa ou dela decorrente.

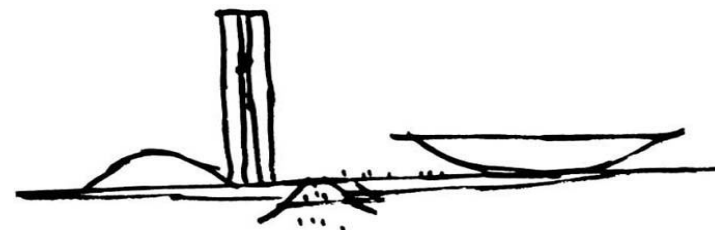


PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016



Proposições Legislativas – R.I. ALERJ

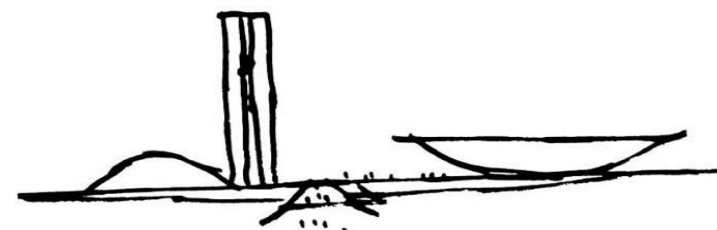
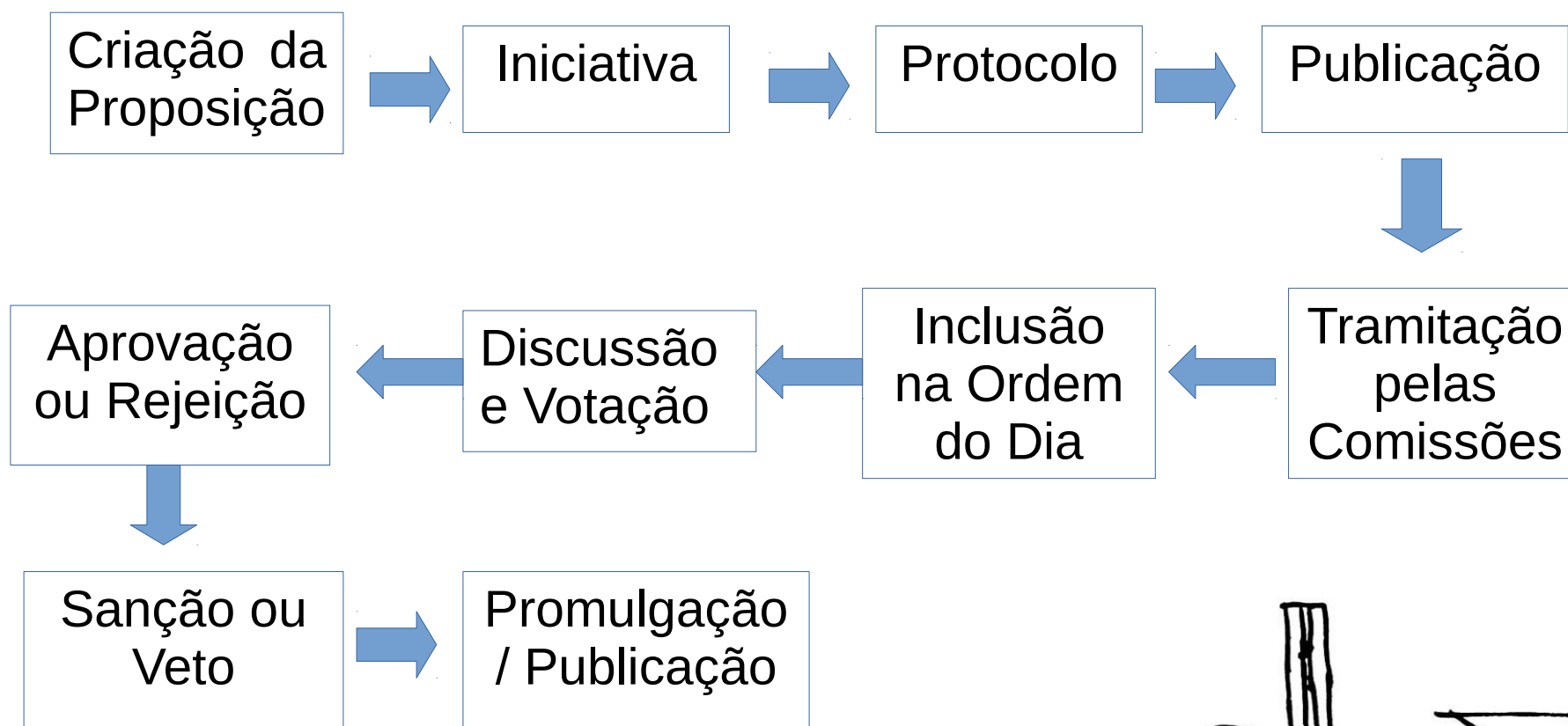
- Fazer Leis exige responsabilidade;
- As Leis interferem na vida das pessoas, para o bem ou para o mal;
- Pensar sobre as consequências secundárias das ideias legislativas;
- Algumas questões não podem ser resolvidas por lei.



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

IDEIAS GERAIS DE PROCESSO LEGISLATIVO

TRAMITAÇÃO



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

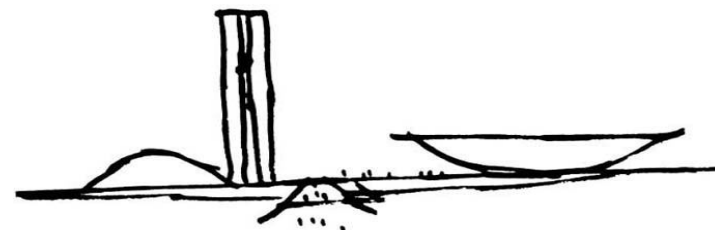


NOÇÕES DE TÉCNICA LEGISLATIVA

Art. 88 - Os projetos deverão ser divididos em artigos numerados, concisos e claros, e precedidos sempre de ementa enunciativa de seu objeto.

§ 1º - Cada projeto deverá conter, simplesmente, a enunciação da vontade legislativa, de acordo com a respectiva ementa, e sua elaboração técnica deverá atender aos seguintes princípios:

- a) redação com clareza, precisão e ordem lógica;
- b) divisão em artigos, cuja numeração será ordinal até o 9º e, a seguir, cardinal;

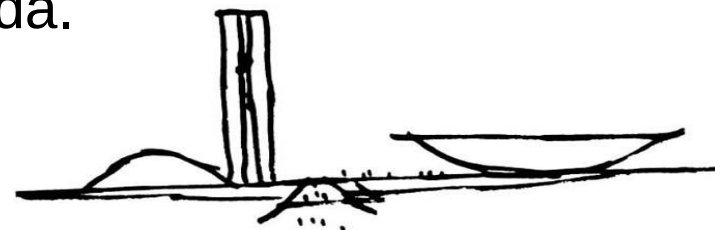


PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016



NOÇÕES DE TÉCNICA LEGISLATIVA

- c) os artigos se desdobram em parágrafos, incisos ou itens (algarismos romanos); os parágrafos, incisos ou itens em alíneas (letras minúsculas);
- d) os parágrafos serão apresentados pelo sinal gráfico "§"; por extenso será escrita a expressão "parágrafo único";
- e) o agrupamento de artigos constitui Seção; o de Seções, o Capítulo; o de Capítulos, o Título; o de Títulos, o Livro; o de Livros, a Parte, que poderá se desdobrar em Geral e Especial, ou em ordem numérica (ordinal) por extenso;
- f) no mesmo artigo que fixar a vigência será declarada, sempre expressamente, a legislação anterior revogada.

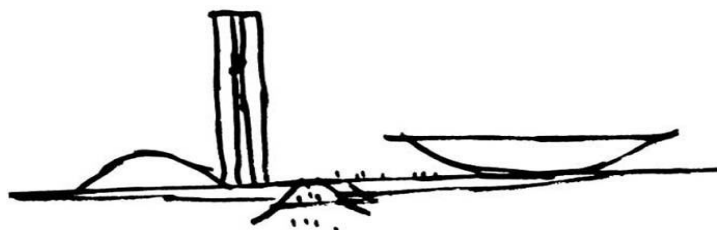


PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

NOÇÕES DE TÉCNICA LEGISLATIVA

ESTRUTURA DA LEI:

- Parte Preliminar;
- Corpo da Lei;
- Parte Final;



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

NOÇÕES DE TÉCNICA LEGISLATIVA

PARTE PRELIMINAR:

- Epígrafe;
- Ementa;
- Preâmbulo;





Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.



Vigência

(Vide Lei nº 1.521, de 1951)

(Vide Lei nº 5.741, de 1971)

(Vide Lei nº 5.988, de 1973)

(Vide Lei nº 6.015, de 1973)

(Vide Lei nº 6.404, de 1976)

(Vide Lei nº 6.515, de 1977)

(Vide Lei nº 6.538, de 1978)

(Vide Lei nº 6.710, de 1979)

(Vide Lei nº 7.492, de 1986)

(Vide Lei nº 8.176, de 1991)

Código Penal.



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

PARTE GERAL

Browser tabs: (18) Facebook, TRPARTIÇÃ..., Constituicao-Co..., http://...rt=3.1, :: Assembléia Le..., :: Assembléia..., Decretos da ...

Address bar: www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm

Search bar: presidenta

ALERJ Domingo, 25 de outubro de 2015 Home

BUSCA GERAL
Atos do Executivo
OK

Processo Legislativo

- Proj. de Lei 2015/2019
- Proj. de Lei 2011/2015
- Proj. de Lei 2007/2011
- Leis Estaduais
- Sugest. Legis Aprovadas
- Discursos e Votações
- Ordem do Dia
- Comissões Permanentes
- Comissões Temporárias
- Constituições
- Deputados
- Arquivo
- Biblioteca
- Links

PRÊMIOS
CRÉDITOS

LEGISLAÇÃO - LEIS ORDINÁRIAS

POR NÚMERO POR ANO POR AUTOR POR ASSUNTO VOLTAR

Lei nº	7083/2015	Data da Lei	16/10/2015
--------	-----------	-------------	------------

▼ Texto da [Em Vigor]

LEI Nº 7083 DE 16 OUTUBRO 2015.

DISPÕE SOBRE A VENDA E O CONSUMO DE BEBIDAS NAS ARENAS DESPORTIVAS E ESTÁDIOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

NOÇÕES DE TÉCNICA LEGISLATIVA

CORPO DA LEI:

- Artigos;
- Parágrafos;
- Incisos;



(18) Facebook TRPARTIÇÃ... Constituicao-Co... http://...rt=3.1 :: Assembléia Le... :: Assembléia... x Decretos da ...

www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm

presidenta

ALERJ Domingo, 25 de outubro de 2015 Home Ok

ALERJ
Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Aqui você tem poder.

BUSCA GERAL
Atos do Executivo
OK

Processo Legislativo

- Proj. de Lei 2015/2019
- Proj. de Lei 2011/2015
- Proj. de Lei 2007/2011
- Leis Estaduais
- Sugest. Legis Aprovadas
- Discursos e Votações
- Ordem do Dia
- Comissões Permanentes
- Comissões Temporárias
- Constituições
- Deputados
- Arquivo
- Biblioteca
- Links

PRÊMIOS
CRÉDITOS

LEGISLAÇÃO - LEIS ORDINÁRIAS

POR NÚMERO POR ANO POR AUTOR POR ASSUNTO VOLTAR

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Este projeto de lei tem por objetivo regular a venda e o consumo de bebidas nas arenas desportivas e estádios no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - A comercialização de bebidas nas arenas desportivas e nos estádios localizados no Estado do Rio de Janeiro será permitida desde a abertura dos portões para acesso do público ao estádio até o final da partida, assim entendido o momento do apito final do árbitro.

Art. 3º - A única bebida alcoólica que poderá ser vendida e consumida em recintos esportivos é a cerveja, sendo proibida a venda e o consumo de quaisquer outras espécies de bebidas.

13:10
25/10/2015

Facebook (18) TRPARTIÇÃ... Constituicao-Co... http://...rt=3.1 :: Assembléia... x :: Assembléia Le... Decretos da ... +

www.alerj.rj.gov.br/processo6.htm

ALERJ Domingo, 25 de outubro de 2015 Home Ok

» Proj. de Lei 2015/2019
» Proj. de Lei 2011/2015
» Proj. de Lei 2007/2011
» Leis Estaduais
» Sugest. Legis Aprovadas
» Discursos e Votações
» Ordem do Dia
» Comissões Permanentes
» Comissões Temporárias
» Constituições
» Deputados
» Arquivo
» Biblioteca
» Links

PRÊMIOS
CRÉDITOS

VOLTAR

Federação Brasileira, promulgamos, sob a proteção de Deus, a presente CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (arts. 1º a 7º)

Art. 1º - O povo é o sujeito da Vida Política e da História do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 3º - A soberania popular, que se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência, será exercida:

I - pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos;

II - pelo plebiscito;

III - pelo referendo;

IV - pela iniciativa popular do processo legislativo.

Art. 4º - O Estado do Rio de Janeiro é o instrumento e a

13:14
25/10/2015

Browser tabs: (18) Facebook, TRPARTIÇÃ..., Constituicao-Co..., http://...rt=3.1, :: Assembléia..., :: Assembléia Le..., Decretos da ...

Address bar: www.alerj.rj.gov.br/processo6.htm

Search bar: presidenta

Page header: **ALERJ** Domingo, 25 de outubro de 2015 Home

Left sidebar menu:

- » Proj. de Lei 2015/2019
- » Proj. de Lei 2011/2015
- » Proj. de Lei 2007/2011
- » Leis Estaduais
- » Sugest. Legis Aprovadas
- » Discursos e Votações
- » Ordem do Dia
- » Comissões Permanentes
- » Comissões Temporárias
- » Constituições
- » Deputados
- » Arquivo
- » Biblioteca
- » Links

PRÊMIOS

CRÉDITOS

Content area:

~~licença da Assembleia Legislativa.~~

§ 8º - Poderá o Deputado, mediante licença da Assembleia Legislativa, desempenhar missões temporárias de caráter diplomático ou cultural.

* Art. 102 Os Deputados são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. (NR)

§ 1º Os Deputados, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça.

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros da Assembleia Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

§ 3º Recebida a denúncia contra o Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Tribunal de Justiça dará ciência à Assembleia Legislativa, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Assembleia Legislativa no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do

Buttons: VOLTAR, Ok

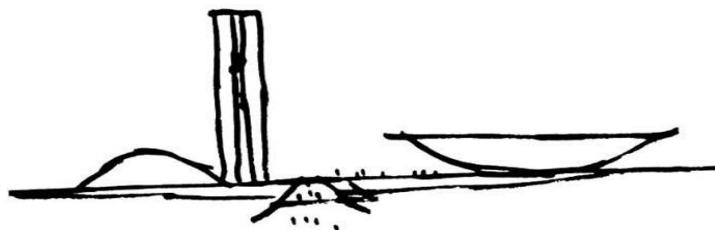
Taskbar: 13:15 25/10/2015

PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

NOÇÕES DE TÉCNICA LEGISLATIVA

PARTE FINAL:

- Cláusula de Vigência;
- Cláusula de Revogação;



DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 360 - Ressalvada a legislação especial sobre os crimes contra a existência, a segurança e a integridade do Estado e contra a guarda e o emprego da economia popular, os crimes de imprensa e os de falência, os de responsabilidade do Presidente da República e dos Governadores ou Interventores, e os crimes militares, revogam-se as disposições em contrário.

Art. 361 - Este Código entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1942.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1940; 119º da Independência e 52º da República.

GETÚLIO VARGAS
Francisco Campos

Este texto não substitui o publicado no DOU de 31.12.1940

*

- » Proj. de Lei 2015/2019
- » Proj. de Lei 2011/2015
- » Proj. de Lei 2007/2011
- » Leis Estaduais
- » Sugest. Legis Aprovadas
- » Discursos e Votações
- » Ordem do Dia
- » Comissões Permanentes
- » Comissões Temporárias
- » Constituições
- » Deputados
- » Arquivo
- » Biblioteca
- » Links

PRÊMIOS

CRÉDITOS

POR NÚMERO

POR ANO

POR AUTOR

POR ASSUNTO

VOLTAR

arenas desportivas ou estádios, com as seguintes mensagens:
"Se beber não dirija, se dirigir não beba" e "É proibida a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos."

Art. 10 - As arenas desportivas ou estádios deverão veicular em sistema sonoro ou alto-falante, no mínimo 04 (quatro) vezes durante cada evento, as mensagens "Se beber não dirija, se dirigir não beba" e "É proibida a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos."

Parágrafo único: Fica igualmente obrigada a divulgação das mensagens referidas no caput em telões ou letreiros luminosos nos recintos esportivos que disponham de tais recursos.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as leis nº 404, de 15 de janeiro de 1981 e nº 2991, de 23 de junho de 1998.

Rio de Janeiro, em 16 de outubro de 2015.

LUIZ FERNANDO DE SOUZA
Governador

PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016



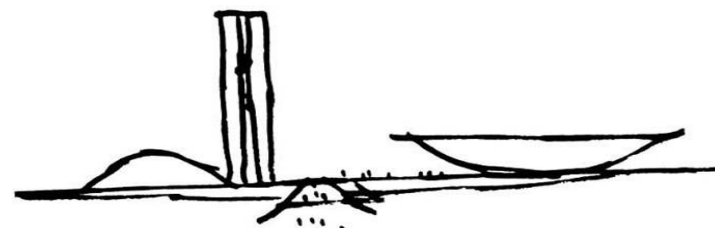
NOÇÕES DE TÉCNICA LEGISLATIVA

JUSTIFICATIVA:

“No ano de 2014 realizou-se o evento da Copa do Mundo no Brasil, no qual se permitiu a comercialização de cervejas nos estádios oficiais, não se verificando atos consideráveis de violência, causados pelo consumo de bebidas alcoólicas.

Considerando ainda que é de costume a comercialização de bebidas alcoólicas em outros eventos, como shows, feiras, eventos públicos, e não se verifica casos de violência nesses eventos.

Devemos considerar ainda que a Lei Federal no 10.671, de 15 de maio de 2003, mais conhecida como o Estatuto de Defesa do Torcedor, não proíbe explicitamente a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos recintos esportivos. A proibição constante do art. 13-A, inc. II da referida Lei refere-se ao porte de objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência. O referido artigo não proíbe o consumo de bebidas alcoólicas, mas sim, por exemplo, o porte de bebidas acondicionadas em garrafas de vidro, que podem ser utilizadas para a prática de atos de violência.”



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2015



INSTRUMENTOS PARA PESQUISA

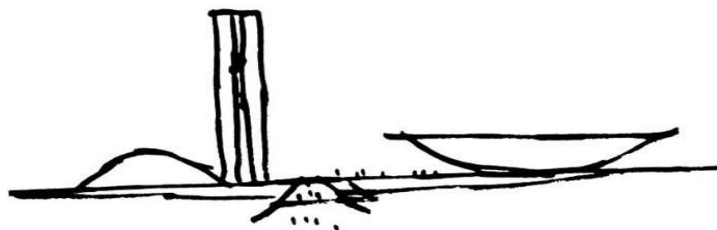
SITES:

<http://www.alep.pr.gov.br/>

<http://www.al.sp.gov.br/>

<http://www.alerj.rj.gov.br/>

http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Palácio Tiradentes



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016



Obrigado!

Hugo Lontra

E-mail: hugo.lontra@gmail.com

